

diálogos insurgentes

40 anos em movimentos, uma vida pela juventude negra: entrevista com Deise Benedito**40 años en movimientos, una vida por la juventud negra: entrevista con Deise Benedito****40 years in movements, a life for black youth: interview with Deise Benedito****Deise Benedito¹**

¹Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: deisebenedito45@yahoo.com.br.

Emília Joana Viana de Oliveira³

³Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: emilia.jvo@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2915-2416>.

Inara Flora Cipriano Firmino²

²Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; inara.firmino@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3745-8985>.

Rodrigo Portela Gomes⁴

⁴Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: rodrigo.portela@academico.ufpb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5179-6024>.

Submetido em 26/01/2024

Aceito em 30/01/2024

Como citar este trabalho

BENEDITO, Deise; FIRMINO, Inara Flora Cipriano; OLIVEIRA, Emília Joana Viana de; PORTELA GOMES, Rodrigo. 40 anos em movimentos, uma vida pela juventude negra: entrevista com Deise Benedito. Entrevista concedida a Inara Flora Cipriano Firmino, Emília Joana Viana de Oliveira e Rodrigo Portela Gomes. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 41-77, jan./jun. 2024.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 10 | n. 1 | jan./jun. 2024 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

40 anos em movimentos, uma vida pela juventude negra: entrevista com Deise Benedito¹

A essência da população negra deste país é a da liberdade, que não é diferente da essência de muitas mulheres que vemos nas varas dos fóruns vendendo bala e comida para terem um dinheiro a mais e poderem pagar um advogado pra soltar o filho que está no socioeducativo. A cor é um instrumento poderoso pra discriminação. E nós temos um Judiciário misógino, machista, elitista, preconceituoso e segregador. Um Judiciário que se formou baseado na lógica da escravidão, do racismo. Nós vemos decisões judiciais assustadoras e totalmente embasadas em questões ideológicas que nada têm a ver com Direito.

Deise Benedito (“O processo...”, 2021).

No dia 19 de dezembro de 2023, Deise Benedito nos permitiu acessar memórias para, quem sabe, fabular um outro mundo. Se ela fez questão de expressar a honra pelo convite de compor a seção “Diálogos Insurgentes” do Dossiê Direito e Relações Raciais, nós precisamos registrar que é a nossa geração que se sente honrada por aprender com os seus passos. Sua vida-testemunho apresenta-nos uma experiência de luta por direitos no Brasil multifacetada e densa. Deise transita com muita habilidade por diversos temas - racismo, juventude negra, sistema de justiça, política criminal, política de drogas, feminismos, sistema penitenciário etc. - e distintos espaços - periferia, movimento negro, movimento de mulheres negras, poder judiciário, advocacia, organizações sociais, poder executivo, academia, poder legislativo etc.

Além do domínio conceitual que pôde construir nestes 40 anos para este leque de conteúdos que atravessam sua vida, Deise nos oportunizou acessar um acervo memorial relevante para o campo do Direito e Relações Raciais. Em grande medida, ainda tomamos os registros acadêmicos para credenciar os pressupostos dos estudos críticos raciais no direito. Entretanto, Deise nos ajuda a identificar, e

¹ Entrevista realizada por videochamada, no dia 19 de dezembro de 2023, por meio da plataforma *Teams*. Duração de 1 hora e 53 minutos.

até correlacionar, como as agendas temáticas, as matrizes teóricas, as estratégias metodológicas e as denúncias epistêmicas que produzimos neste campo têm como lugar a experiência individual e coletiva das agências negra.

Seu testemunho percorre inúmeras dimensões da vida pessoal e profissional em um movimento que aparenta certa unidade, mas que, em si, compreende uma pluralidade de sentimentos e racionalidades que podem nos levar para variados caminhos. Provavelmente, o leitor terá sensação de um eterno retorno. Ao invés disso, o quebrar da narrativa para nós significa a formação de elos importantes para compreender o envolvimento e o encantamento de Deise Benedito com as múltiplas agendas de luta por direitos da população negra e com ela também sentir-pensar. Assim, a vida pessoal marcada por ausências é logo ressignificada por Deise como uma série de atos de amor, a exemplo da indignação com a infância pobre como principal instrumento na luta pela dignidade da população negra; as memórias de violência na periferia viraram conteúdo para interpretar a linguagem do Estado nos territórios negros; a dor pelas ofensas racistas e sexistas abrigou o estalo para denunciar o medo, o ódio e o horror. Enfim, as inúmeras sensações e emoções que afetaram o seu corpo integram a mesma unidade que a mobiliza para pensar, fazer e mudar a realidade social de pessoas negras no Brasil.

Deise é a tradução da complexa rede que a agência negra vem produzindo para resultados políticos, culturais, econômicos, jurídicos e sociais que assegurem a continuidade da vida negra no país. O seu papel aglutinador e a habilidade de negociação, que ela destaca, também evidenciam a força dos movimentos e organizações negras. Quando olha o seu passado, ela mesma reconhece o quanto os seus horizontes foram ampliados ao se deixar ser atravessada por estes projetos coletivos.

A mulher preta que ocupou e ainda ocupa muitas posições de poder simbólico, institucional ou político reverencia sua ancestralidade negra ao se definir como uma pessoa em movimento que diariamente deve cumprir a sua missão de vida: lutar contra aquilo que não se transformou. Naveguemos, assim, pela imensidão de movimentos desta entrevista.

Optamos pela reprodução quase literal do conteúdo da entrevista, nesse sentido, foram feitos apenas ajustes gramaticais em algumas passagens para assegurar a experiência do diálogo e valorizar a dimensão da oralidade reivindicada como recurso importante da agência negra no contexto da diáspora africana.



Dossiê Direito e Relações Raciais: Então vamos lá começar esse espaço em que a gente está recebendo a Deise Benedito para ouvi-la para a contribuição no Dossiê de Direito e Relações Raciais, na sessão de diálogos insurgentes, onde a gente traz entrevistas. Pensamos no seu nome, pois traz a sua contribuição enquanto pensadora, tendo em vista que a nossa geração não dividiu todos esses caminhos com você. Então, poder te ouvir no sentido de sistematização memorial, pois entendemos que os diferentes espaços que a gente vai falar aqui são espaços muito relevantes, onde a sua trajetória também conta um pouco para gente a história dos debates institucionais, dos movimentos sociais, enfim, diferentes espaços, né, de enfrentamento ao racismo no Brasil.

Então, o primeiro ponto, Deise, seria ouvir sua trajetória, principalmente os momentos de ingresso na militância política, dentro da agenda de enfrentamento ao racismo? Como é que esse ingresso se deu? Quais memórias você poderia compartilhar com a gente um pouquinho?

Deise Benedito:

Infância e racismo na periferia paulista

Lá vem história, senta que lá vem história [risos]

Olha... bom, eu acredito, eu acho que eu comecei a minha militância dentro da barriga da minha mãe biológica, porque a minha história eu passo por vários momentos da minha história de vida. E uma das coisas que me leva a ser ativista de direitos humanos e atuar dentro da área de relações raciais é a minha própria história de vida. Eu fui adotada com um ano de idade por um casal sem filhos, brancos, pobres, no estado de São Paulo, na capital de São Paulo. Minha mãe de criação, Alzira Barbeire Benedito, era dez anos mais velha que meu pai de criação Álvaro Benedito e, como ela não tinha filhos, ela resolveu... resolveram, entrar no acordo e adotar uma criança. Minha mãe biológica vivia em situação de miséria absoluta, muito pobre. Já tinha filhos de um primeiro casamento e com a separação do primeiro casamento, esses filhos foram distribuídos: quatro filhos e cada um foi para um canto, em Minas Gerais. Ela teve um outro relacionamento, desse outro relacionamento gerou o meu irmão, eu e, dez anos depois, ela teve um outro relacionamento que gerou o meu irmão caçula. Como minha mãe não tinha condições na época de me criar, ela é de Minas Gerais, não teve condições de me criar, então, devido à pobreza, a miséria absoluta que vivia, então, ela me deu em adoção para essa família. E essa família adotiva me criou.

A questão racial eu tive que ver muito cedo, porque uma das questões era, assim, os meus pais brancos e eu, pretinha, e eu perguntava para minha mãe: “mãe, por

que eu sou preta e vocês são brancos?”. E minha mãe dizia: “a cegonha deixou você cair da chaminé”. Tinha uma empresa, uma fábrica, uma siderúrgica perto de casa e ela falava “você caiu lá e ficou pretinha”. Mas eu sempre fui uma criança insurgente. Com uns cinco anos de idade eu já sabia ler e já sabia escrever, porque eu fui alfabetizada muito cedo. E aí, minha mãe às vezes saía e eu fuçava nas coisas e aí eu fucei em uma gaveta que tinha uns papéis dentro de uma pasta, e lá eu defrontei com a minha certidão de nascimento. Filha de Patrocínia Inácia Correia, pai ignorado, nome da avó, Maria Juliana Soledade, avô Joaquim Antônio Sena Cor parda. E aquilo ficou assim. Então, eu descobri muito cedo que eu não era filha da minha mãe de criação. E ela sempre contando historinha, sempre contando histórias. E o confronto com a questão racial quando era criança, na década de 70, começou, assim, de eu ir para escola, ia para o pré-primário toda arrumadinha e quando chegava lá as meninas: “cadê a sua mãe?” e eu falava assim: “ela é minha mãe, aquela é a minha mãe”. “Mas a sua mãe é branca? Ela não é a sua mãe!” eu falava “é minha mãe, é minha!”. Entendeu? E esse conflito era muito, também, em sala de aula. Era a única criança negra. Ou era eu e mais uma. E a minha mãe, às vezes eu chegava em casa chorando e falava: “Ah, me chamaram de negrinha, de negrinha preta...” e a minha mãe de criação me ensinou “olha, quando alguém te chamar de negrinha preta, você fala que negrinha preta é o que a mãe delas tem no meio das pernas, pode falar desse jeito mesmo”. [risos] E aí “ó, minha mãe mandou dizer que negrinha preta é o que a sua mãe tem no meio das pernas” e assim eu era um terror. E eu sempre fui uma criança muito ativa. Eu sempre fui uma criança que não parava. Muito curiosa.

E eu mudei muito de escola por conta da questão racial. Minha mãe, quando eu reclamava, às vezes minha mãe falava: “pede para ir ao banheiro, não responde para a professora...”. E aí, um dia, teve uma das professoras que eu tive, eu pedi para ela deixar aí no banheiro. Ela “não vai no banheiro, não, sua negrinha”. Aí eu falei: “negrinha não! Minha mãe mandou dizer que negrinha é o que a senhora tem no meio das pernas”. A professora ficou louca e eu fiz xixi na sala de aula... eu tinha acho que uns oito anos de idade. E fiquei de castigo virada para a parede, ela escreveu que a minha mãe tinha que comparecer em casa, aí minha mãe todo dia via meu caderno, que era a única filha. Então minha mãe via o caderno tal, viu lá comparecer na escola e minha mãe: “o que aconteceu?”. Aí eu falei: “Ah, mãe, eu fiz o que a senhora falou. Eu pedi para professora para ir ao banheiro. Ela não me deixou ir ao banheiro, ela me chamou de negrinha, e eu falei que negrinha era o que ela tinha no meio das pernas. Ela mandou chamar a senhora na escola”. E aí minha mãe foi para escola. E quando chegou na escola, minha mãe chegou comigo, minha mãe foi para diretoria e lá na diretoria a diretora perguntou: “Deise, cadê sua mãe?”. Eu falei: “essa é a minha mãe”. Aí minha mãe virou uma arara. Minha

mãe falou assim: “eu sou a mãe da Deise! Ela é a minha filha e eu tiro minha filha agora dessa escola. Ela não volta mais estudar aqui!”. Então, a minha mãe branca, muito cedo, teve que enfrentar a questão racial. Aí ia para outra escola e era a mesma coisa, eu queria ir ao banheiro e era a mesma bagunça. E a minha mãe quando tinha que enfrentar o conflito, ela me transferia de escola. E ela não... ela percebia, mas não tinha o que fazer na época, pela discriminação. E não era só eu, outras meninas na sala de aula também a gente sofria muito racismo. E em uma das escolas que eu estive, na sala de aula todo mundo já estava usando caneta de tinta, *caneta bic*, e eu não usava. Aí eu falei: “professora, por que todo mundo usa e eu não uso?” Ela fala assim: “porque você tem a letra muito feia e você não sabe usar uma caneta”. Eu falei: “tá bom! Quando eu crescer, eu vou ter a letra bem bonita. A senhora vai ver!” Entendeu? E assim, todo mundo com uns seis meses, sete meses já estava usando caneta e eu usava lápis. Aí eu falei pra minha mãe, minha mãe ficou puta da vida, foi na escola, brigou com a professora, me tirou de lá. Eu passei por umas quatro escolas na fase de ensino fundamental. Eu também não era um anjo [risos] e aí, a essa altura do campeonato, eu sempre enfrentei essa questão racial e minha mãe e meu pai sempre falavam “quando alguém te chamar de preta, suja, fedida, fedorenta, pobre, não sei o quê, te xingar... você responde! Você não traga desaforo para casa! Se você brigar na escola e chegar chorando, aqui você vai apanhar de novo!”. Então, eu sempre tive que responder.

E aí quando eu já tinha meus... eu entrei para o ginásio e tal, fiz ginásio, entrei e fiz o colégio, aquela coisa toda, fui trabalhar. Fui com 14 anos, eu já estava trabalhando e já tinha minha carteira profissional, já estava trabalhando... trabalhei de costureira, trabalhei em fábrica, trabalhei de passadeira, trabalhei de manicure e eu sempre punha na minha cabeça e minha mãe ficava sempre falando: “se você não estudar, você vai ser empregada doméstica. Vai ter que lavar a roupa, ficar lavando bunda de patroa, limpando a sujeira dos outros”. Minha mãe falava: “você não sabe o que é ser empregada doméstica. Empregada doméstica sofre muito”. E tinha uma família negra na minha rua, e eu via que as moças que eram empregadas domésticas elas saíam no domingo e só voltavam no sábado à tarde. Ficava o domingo em casa e depois segunda-feira já ia embora. Então, eu falava: “eu não quero isso para mim!” Então, minha mãe sempre... e eu fui... como eu morava num bairro pobre, aquelas ruas de terra, tudo... Então, eu fui uma criança da terra, da rua, entendeu? E perto de casa era uma boca de fumo, entendeu? A gente conhecia a bandidagem, a bandidagem respeitava a gente, então eu fui criada num bairro de periferia, num bairro pobre, mas, assim, eu sempre tive muita relação com pessoas negras por causa da minha própria identidade.

E, por um lado, tinha aquela busca pela minha mãe biológica. Porque, eu nunca falei para minha mãe que eu sabia, que eu já tinha visto a certidão de nascimento. Ela pensava que eu nunca ia saber. Quando eu tinha meus nove anos de idade – como foi a adoção plena, antigamente você ficava com a criança, e você tinha que passar a cada três em três meses no Juizado de Menores e a minha adoção levou oito anos, porque era muito, era muito lento o processo de adoção antigamente – eu fui, era na Asdrúbal Nascimento, no centro de São Paulo, minha mãe me levou lá no Juizado de Menores, como eu era uma criança impossível, e aí arrumadinha, sapatinho, cabelinho arrumadinho, tal, tudo direitinho... esta criança que vos fala resolve descer as escadas do andar que eu estava, ia passar com a assistente social, com a psicóloga e com o juiz, aí eu não sei o que a minha mãe estava conversando com outras mulheres lá, eu só sei que eu só larguei a mão da minha mãe, peguei e desci as escadas. Fui descendo, descendo, descendo e acabei chegando em uma triagem e nessa triagem eu deparei com um monte de meninos negros, todos dentro de uma grade. Era o extinto *RPM*, Recolhimento Provisório de Menores, e como era na época da ditadura, tinha uma lei em alguns bairros que era um toque de recolher, então, crianças que estavam nas ruas a partir das 8:00 da noite, eram recolhidas pelo Juizado de Menores e os pais tinham que buscar no outro dia. Se não fosse buscar, aquela criança ficava lá internada até o dia que Deus quiser. E eu muito curiosa, desci. Quando eu vi aquelas crianças, eu vi que não tinha guarda nem nada, cheguei perto da grade e aí os meninos: “menina, abre aqui para gente! Abre aqui para mim, para gente fugir!”. Aí eu olhava assim e eu falei: “olha, eu não tenho a chave, mas eu vou dizer uma coisa para vocês, aí não é lugar de criança ficar! Quando eu crescer, eu vou tirar todas as crianças daí. Aí não é lugar de ficar”. Eu tinha nove anos de idade, cara! Aí, de repente chegou um cara e eu tenho essa imagem, essa cena muito nítida na cabeça, me marcou muito na vida isso. Aí minha mãe pegou... o guarda me pegou, me levou com a minha mãe, minha mãe desesperada para saber onde é que eu estava... e aí eu ainda passei pelo juiz, pela assistente social, tal, tudo direitinho e, no meio do caminho, que eu estava voltando para gente pegar o ônibus pra casa, passei na frente do Fórum Criminal, em São Paulo. Aí eu olhei o prédio do Fórum Criminal Mário Guimarães, mostrei para minha mãe, falei: “mãe, tá vendo aquele prédio?” Minha mãe: “Estou!”. “Quando eu crescer, eu vou trabalhar ali. Vou trabalhar nesse prédio, mãe”. E vida que seguiu.

E todas as mulheres que eu via passando na rua que eu morava, principalmente que pedia esmola, eu ia atrás e perguntava o nome. “A senhora chama Patrocínia?”. Quando eu via que era negra, tinha quatro ou cinco crianças... “Não, não! Eu não me chamo Patrocínia”. Toda mulher que passava pedindo esmola, para mim, era minha mãe. E aí eu falava: “então espera aí que eu vou pegar uma

coisa". Aí eu em casa e pegava um saco de arroz, de feijão e corria e entregava para a mulher. Eu sempre tive isso. E aí, quando foi mais ou menos nos meus 12 ou 13 anos, que a gente começa a descobrir a adolescência, todo mundo recebendo cartinha, bilhetinho, e eu não recebia nada, porque eu era uma menina que não estava enquadrada nos modelos. Então era feia, e aí o pessoal punha apelido de Mussum, de toco de macumba, de frango de macumba, de macaco, era aquela toda, aquele bullying, que é aquele tal bullying que falam hoje... Na minha época você vivia isso. E eu não fui uma garota dos sonhos. Eu não fui uma menina que estava nos sonhos dos rapazes, nem dos pretos nem dos brancos. Eu com 12, 13 anos eu jogava futebol, entendeu? Então, em 1973 eu estava jogando futebol. Era a minha sociabilidade, e, apesar que eu tinha uma educação muito rígida, muito! Minha mãe não deixava ir para bailinho, para festa, nada. Fui começar a ir para baile, eu tinha 21 anos de idade, depois de estar trabalhando.

Do racismo no mercado de trabalho ao Movimento Negro de São Paulo

Com 14 anos, eu comecei a trabalhar numa fábrica de camisa como passadeira, tirando fio, eu fui overloquista. E eu entrava às 7h da manhã e saía às 5:30 da tarde todo dia... Não, não era jogo. Aí terminei de estudar tal, e aí fiz um curso de datilografia. E, com 18 anos, eu já tinha um curso de ... 18? Não! 18, não... Espera aí, em 83 eu tinha 22, então, com 19, 20 anos eu já tinha o curso de datilografia e eu trabalhei no Telesp. Fui escriturária na Telesp, trabalhei em outros lugares, mas, quando eu estava com 22 para 23 anos, eu tinha já saído da Telesp e estava procurando emprego. Eu fui a um escritório, preenchi a ficha, fiz o teste, vi que eu fui bem no teste de datilógrafo, e aí eu fui lá para pegar o resultado e, era uma japonesa, ela falou para mim: "olha, você passou no teste". Falei: "tá! Quando eu começo a trabalhar?". Ela falou assim: "não! A nossa empresa não admite pessoas de cor". Eu era malcriada e já falei: "de que cor? Verde, amarela, azul, roxo?". "Não... pessoas da sua cor". "Que cor?" "Não, a gente não admite pessoas pretas aqui". Aí, minha filha, virei o saci. Falei: "como? Não pode!! Eu tenho o direito de trabalhar!" Entendeu? Toda a insurgência da juventude e a mulher "não, não pode". Eu falei: "tem que ir na polícia! Eu vou na polícia". Na minha ideia ia resolver e aí eu estava puta na vida porque era uma empresa grande e tal e, no meio do caminho, eu estava andando eu vi num poste escrito Reunião do Movimento Negro contra o racismo... e eu fiquei olhando. Aí eu vi o endereço Avenida Paulista, no MASP. No dia, contei para minha mãe, contei pro meu pai e aí eu falei: "eu vou nessa reunião desse tal desse Movimento Negro! Eu vou denunciar". E aí no outro dia eu fui, quando eu cheguei, cara, eu entrei ali no MASP, eu nunca tinha entrado. Entrei, fui no auditório e eu nunca vou esquecer dessa mesa: na mesa estava o Milton, estava o Hamilton, estava a Dulce Pereira,

estava o Milton Cardoso, estava Sueli Carneiro, Edna Rolan, Ana... as pessoas do Movimento Negro, que o pessoal chama de dinossauro, mas estavam todos novinhos. E aí eu olhei assim e eu fiquei encantada.

Eu nunca tinha visto preto que tinha feito história, era advogado, psicólogo... eu fiquei assim... pra mim era um outro mundo, porque os pretos que eu conhecia eram ou faxineiro, ou empregada doméstica ou era trabalhador da siderúrgica. Era trabalhador de siderúrgica e o máximo que os meninos estudavam, na minha época, era curso de ferramenteiro, torneiro mecânico. Eu nunca tinha visto nenhum negro da minha idade, da minha geração, fazendo faculdade ou formado em faculdade. Então, pra mim aquilo era um outro mundo. É possível, você entendeu? E aí eu fiquei observando eles discutindo e falando do racismo, do mercado de trabalho, da violência policial, e aí foi “alguém quer falar?”. Aí eu levantei a mão e a Dulce Pereira falou: “deixa essa mocinha, essa menina falar”. Eu tinha 22 anos. Aí eu falei: “Ah, o que eu quero contar para vocês é que eu fui arrumar emprego, e no emprego falaram de gente de cor, e eu não tenho cor, e não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê”. Eu chutei o balde. Aí a Dulce Pereira falou: “Ah, e qual é o nome?” “É Deise”. “Ah, aguarda aí, Deise. No final da reunião, eu quero conversar com você”. E aí... porque o meu sonho era ir naquele lugar, denunciar e que, possivelmente, ia ser feito alguma coisa por aquilo que aconteceu por eu ter sido tão diretamente vítima de racismo. Aí eu de bairro pobre, então, a gente não tem tanta formação assim. E aí a Dulce me chamou, começou a conversar comigo, me apresentou ao Miltão, o Milton Barbosa, e me apresentou as outras pessoas do MNU² e eu nunca tinha visto. Foi quando me apresentou pra Sueli e ela falou assim: “Deise, você não quer participar de uma reunião de mulheres que a gente vai fazer tal dia? Vai ser na Funap. Você não quer ir? Seria legal você ir”. Eu falei: “tá bom”. E aí, nesse período, já tinha passado alguns anos, e eu comecei a ir nas reuniões na Funap, aí eu conheci a Edna Roland, tal, então eu me encantei. Eu ia nas reuniões muda e calada, porque eu queria entender. Eu queria aprender aquilo que aquelas pessoas... sabe assim? Você nunca imaginar uma mulher ser psicóloga? Uma mulher negra, uma pessoa negra, nunca, nunca, nunca! Era uma coisa distante... um sonho muito, muito, muito distante, né? E o meu sonho, como toda menina do bairro, era casar com 23/24 anos, ter filhos... olha só [risos].

E aí, cara, ao mesmo tempo que eu queria sonhar com casa nova, ao mesmo tempo eu queria curtir, porque eu era muito presa, então, minha mãe não deixava ir para os bailes, sair tal, era um inferno. E aí, quer dizer, eu tinha que trabalhar. Eu

² O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização política e social, fundada em 1978. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu-3/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

participava dessas reuniões, eu vi a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, em 80 e... 80 e bolinha. Eu fiz parte do primeiro Dossiê de Mulheres Negras, que eu ajudava no Conselho da Condição Feminina. Foi feito um grupo de mulheres negras e eu ajudava com os recortes nos jornais denunciando os anúncios que dizia *“procura-se mulheres de boa aparência, precisa de empregada doméstica de boa aparência”*, que seria branca. Esse primeiro dossiê eu participei e foi a primeira vez que eu vi meu nome numa publicação. E eu fiquei toda contente, porque eu era ali da periferia e a partir daí eu fui indo nas reuniões. Fui indo, mas sempre calada, sempre ouvindo, sempre calada, entendeu? Só absorvendo aí, comecei a ler, li Casagrande e Senzala, fui lendo livro, sabe?! Jacob Gorender, fui lendo... pegava livros e pedia emprestado e estava lendo. Aí fui indo até que resolveram criar, em 88, o Geledés, o Instituto da Mulher Negra³, das mais velhas, eu era mais nova, eu era caçula de Geledés. Aí fundou Geledés e eu sempre ouvindo. Eu quase não falava nas reuniões, porque eu queria aprender. Eu queria compreender e eu era uma pessoa que morava no bairro que volta e meia aparecia corpos de jovens assassinatos. E aí eu falava: “mas é a questão da juventude? Vocês só querem falar de mulher? Quero falar de juventude”. Então, eu começava a questionar isso. Comecei falando e questionando, então, em todas as atividades eu ia quando saía do trabalho.

Eu entrei no tribunal, trabalhei na Febem, onde foi uma experiência muito interessante por seis meses, porque eu tinha passado em um concurso que eu prestei para o Tribunal de Justiça de São Paulo, para trabalhar como escrevente, ter estabilidade e tal. E era assim, era top. Ser escrevente técnica era top, até a página dois. E era onde tinham muitos negros. Tinham muitos funcionários públicos negros no estado de São Paulo, até por que trabalhar no fórum, na saúde, na prefeitura era onde se absorvia muitos negros com pouca escolaridade e eu já tinha um colégio. E aí, eu passei no concurso, aguardei os três anos, fui chamada e aí eu trabalhei na Febem que era aquele contato direto com os jovens negros, meninas negras. Eu era monitora e eu via toda agressividade que era colocada, claramente, as questões raciais e sempre aquele número elevadíssimo de crianças negras; E eu sempre pensava, poderia ser eu nesse lugar, se eu não tivesse sido adotada, né? Então, eu sempre fui muito cuidadosa com as meninas, eu já procurava chamar pelo nome, não usava apelidos. E, quando eu fui chamada, saiu a minha nomeação para eu tomar posse no Tribunal de Justiça, eu tive que sair da Febem, mas eu já tinha muitas amigas com as meninas que eram internas,

³ O Geledés é uma organização da sociedade civil que atua na defesa das mulheres e negros. Foi fundada em 1988. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-instituto-da-mulher-negra/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

principalmente as meninas negras, as vezes eu era confundida, se eu era menor ou se eu era monitora, porque eu era magrinha, franzininha, então, todo mundo pensava que era menor, mas não, eu era monitora. E foi uma experiência, assim, que me marcou muito. Muitos os pais estavam presos, as mães estavam presas, muitas meninas vítimas de violência sexual, tortura, maus-tratos, então, para entender aquelas meninas, eu sempre procurava os prontuários e ficava lendo. E via toda a história e sempre pensava: “cara, podia ser eu! Cara, podia ser eu, né? E aí, eu tomo posse, tive que deixar a Febem, tomo posse no Tribunal de Justiça e fui trabalhar de escrevente. Então, trabalhei no Departamento Pessoal, depois eu fui para a área Cível, mas o meu sonho era ir para a área Criminal. Eu queria trabalhar no crime, até porque eu fui criada numa boca. Então eu via prisão, eu via espancamento de polícia, eu via polícia extorquindo. Eu fui criado num ambiente que você tinha poucas escolhas, se você quiser ir para esse caminho, o resultado é esse. Se você quiser ir pelo outro, é outro. Se eu quisesse entrar para bandidagem, eu tinha entrado.

E aí, a essa altura do campeonato, eu sempre observava tudo isso. Aí eu fui para o fórum e me envolvi. Já estava em Geledés trabalhando e aí era movimento dos anos 88/89, redemocratização, greve, aquele inferno todo e eu comecei a ferver. Depois do engajamento de Geledés, juntamente com o sindicato, que buscava a melhoria de salário, porque a gente tinha estabilidade, mas não tinha salário legal ainda. E aí eu fui indo, indo, indo, aí depois, um certo dia, teve uma atividade de Geledés na Câmara Municipal, eu tinha ido, era no meio dessas greves que a gente era relotado. O funcionário que fazia muita greve, era relotado e em uma das greves eu falei, a gente estava na frente do Fórum João Mendes, em São Paulo, eu falei: “aqui, a gente trabalha que nem escravo. Só falta saber a hora que é o açoite! Tenho certeza que aqui onde eu estou foi um Pelourinho”. Anos depois, eu descobri que realmente tinha um Pelourinho ali onde eu falava que era lugar de açoite. E aí eu respondi um processo administrativo por causa das minhas bagunças, e fui relotada para a Vara de Execução Criminal, que era o pior lugar para mandar funcionária. Ali era de tirar cadeia mesmo! Cadeia dura! E se eles soubessem o bem que eles me fizeram... [risos]. Eu não estaria aqui falando com vocês, não teria virado criminóloga se eu não tivesse caído naquele lugar.

A agenda contra o genocídio da juventude negra

Eu fui para a Vara de Execução Criminal, trabalhava com carta de guia, expedição de carta de guia, mandado de prisão, cálculo de penas, esses negócios todos. E aí, como eu sempre fui muito rápida no meu trabalho, eu fazia tudo depressa para ficar lendo os processos e quando nem se pensava em fazer recorte racial, de gênero, crime, essa coisa, eu estava nos anos 90... nem se imaginava. Acho que era

89/90. Acho que era 90. Aí eu estava trabalhando no Tribunal de Justiça, na Vara de Execução Penal e começava a fazer quadradinho pelos processos que eu lia e eu via que a maioria era de jovens negros. E era artigo 155 e 157⁴ que era furto e roubo, e eu falava, mas que coisa? Aí eu fui fazendo, aí eu fui observando e sempre que tinha as reuniões de Geledés eu comentava: “óh, gente, a maioria dos meninos que estão na prisão é tudo preto! É tudo preto! É tudo preto!” Sabe? Isso em 1990! As detenções, na época, tinham 1.500, não... 7.000 presos e a capacidade era de 1.500. E eu não via só os processos. Eu vi aquelas mães, aquela senhorinha que ia lá ver o julgamento do filho, porque não tinha audiência de custódia. Então, ia para as audiências para ver se o filho ia ser preso ou não. Não tinha Defensoria e eu via aquela senhorinha, aquelas velinhas, aquelas mulheres pretas com 3/4 criança, quando o réu passava na frente era algemado e as mães gritavam “meu filho, meu filho”. Ah, aquilo me doía o coração, sabe? E quando ele saía condenado, então, era uma choradeira, sabe... “eu vou te ver, meu filho, eu vou te ver!”. Ah, era muito triste. E aí aquilo foi aumentando a minha curiosidade e eu falei, gente, deve ter um outro lugar para gente desaguar tudo isso. Teve uma reunião de Geledés na Câmara Municipal que Harlem Désir⁵, o fundador do Stop Racismo - era uma organização francesa que trabalhava contra o racismo na França, nos anos 90. E aí Harlem Désir falava, discutia a questão racial e eu, assim enlouquecida, absorvendo tudo. Foi quando eu vi um padre branco, dos olhos azuis olhando para aquele Harlem Désir e fez uma pergunta: “você sabe que, no Brasil, a maioria dos caras que estão nas prisões são negros?” E aí Harlem Désir respondeu: “eu não sabia!” e ele tinha tudo escrito. Era o Padre Chico da Pastoral Carcerária, ele parecia o Paul Newman, era muito bonito. E ele fez aquela pergunta, impactou todo mundo, porque era um homem branco falando da questão racial.

Aí todo mundo se despediu dele e tal e ele ficou me olhando, eu falei oi, ele falou: “você é quem?” Aí eu falei: “sou a Deise”. Ele “você trabalha em Geledés?”. “É sim! E trabalha no Tribunal de Justiça”. Ele: “onde?”. “Na vara de Execução Criminal”. Ai, meu filho, aí a amizade válida né? Aí ele “trabalha na Vara de Execução, é? Onde tem uns processos, os pedidos que eu vou na detenção, converso com os presos, ele vê, tem muito preso negro lá... você podia olhar...”. Aí, cara, vira um parceiro. Ele passava pra mim o número dos processos e eu via as execuções, respondia para ele a situação dos presos, e aí foi por anos a gente

⁴ Referência aos artigos que estabelecem os crimes de furto e roubo no Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

⁵ Harlem Désir é um político francês, que fundou a instituição SOS Racisme em 1984. O SOS Racismo de Geledés foi lançado em 1991 com a presença de Harlem Désir. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/harlem-desir/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

fazendo isso. Até que um dia ele me convidou para participar da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária na OAB/SP e eu fui e chegando lá aquele mundo de branco. Advogado? Bem alimentado e a minha era a única cara preta. Aí o pessoal “ah, seria legal alguém do movimento negro participar da subcomissão”. Aí eu falei ah, eu vou falar com o pessoal do Geledés e ver o que o pessoal acha. Como eu trabalhava na área de direitos humanos, falei pra Sueli, a Sueli: “Ah, é a sua cara! Pode ir! Você que gosta disso vai, você que é da área de violência, vai”. Aí eu fui, eu trabalhava... eu era de Geledés, da Subcomissão e trabalhava na Vara de Execuções Penais. Então, era melhor dos sonhos. Os melhores dos mundos pra aprender tudo que eu aprendi ali. E na subcomissão, a gente começou a fazer as primeiras visitas nos presídios... nos presídios não, nos distritos policiais, porque em São Paulo não tinha o Centro de Detenção Provisória ainda, então, os presos ficavam todos nos distritos policiais. Então, no lugar que cabia 20, tinha mais de 200, era superlotado, era horrível. Eram gaiolas e sempre me vinha aquela imagem daqueles meninos. “Me tira daqui”. Eu olhava aquilo e lembrava daqueles dos meus irmãos que eu não conhecia e vinha: “Será que meu irmão está preso? Será que eu tenho irmão preso? Será que eu tenho um sobrinho preso?” E eu tinha isso e mais um uma ideia, também, que aconteceu e que eu pulei, mas depois eu retorno pra vocês, que eu comecei a ir para os distritos. Dava um perdido, a minha chefe era minha diretora e ela era maravilhosa, ela era ativista do movimento contra a ditadura daqueles jovens insurgentes de classe média. O marido era da VAR-Palmares⁶ e ela sempre apoiou todas as minhas bagunças que eu pudesse fazer lá ela apoiava, porque ela achava sensacional. E aí eu falava: “olha, eu vou ter que ir lá...” e ela falava: “você volta às 8:00”. “Não beleza, chego aqui 8 horas”. E eu ia junto com o pessoal da OAB para os distritos policiais, tanto de homem como de mulher, então, eu comecei conhecendo os distritos policiais, então eu conheci a Vara de Execução Criminal; eu conheci a rotina das mães, a rotina de ir, de chegar lá às 8:00 da manhã... é 5/6 horas da manhã na fila e o fórum só abrir às 11h; eu conheci o ritual dos presos chegarem no camburão, tipo 6 horas da manhã, ficar sem comer o dia, praticamente o dia todo, e só comer 6 horas da tarde, quando saía de lá, quando estavam indo para a casa de detenção, a maioria ficava lá na detenção e alguns que vinham dos Distritos.

O massacre do Carandiru

E, em 92 estourou... Eu já estava na Vara de Execução, e estava em Geledés, estava lá na Subcomissão quando estourou o Massacre do Carandiru. E aí o ano, acho que

⁶ Organização política de esquerda que participou de resistência armada durante a ditadura civil-militar. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/capitulos/nova-republica-1985-2009>. Acesso em: 24 jan. 2024.

o ano passado, saiu até uma publicação de um livro sobre a pandemia da Covid-19 que eu conto os 31 anos do Massacre. Esse ano eu também escrevi para o Migalhas⁷ falando de mais um aniversário do Massacre do Carandiru. E aí eu trabalhava lá e como a gente não tinha todas as informações, a gente estava trabalhando, aí estourou o Carandiru, estourou aquela rebelião, aquele rebuliço lá dentro do setor que eu trabalhava. Toda a Vara de Execução, todo mundo preocupado com o que tinha acontecido no Carandiru. E aí, no dia seguinte a gente não podia sair... como o tribunal era perto da OAB, então era tudo pertinho a pé a gente fazia o circuito, era perto de Geledés, era perto do tribunal e perto da OAB. Então, era um triângulo que a gente fazia e estava tudo pertinho. E aí não deu para ir na Casa de Detenção naquele dia, na hora do massacre, mas a gente ficava acompanhando da televisão, porque não tinha celular, não tinha nada. A gente ficou na OAB, eu e umas colegas minha ficamos na OAB, eu era a única cara preta dessa comissão.

No outro dia a gente combinou que de manhã a gente ia para a Casa de Detenção de São Paulo e, quando foi de manhã, às 6/7 horas da manhã, a gente estava na porta da Casa de Detenção, com aquele monte de mãe, monte de mulher preta chorando, os filhos, a polícia jogando os cavalos em cima e a gente estava perto do portão junto com os deputados, a comissão, uma parte da comissão, e a outra parte já tinha entrado. Eu estava aguardando autorização. Quando foi dando a hora de eu entrar, eu tomei uma borrachada no peito e o policial falando: “você não vai entrar não”. Eu falei: “como que eu não vou? Eu sou da comissão da OAB, como é que eu não vou entrar?”. “Não, você não vai entrar não”. Ai, veio um deputado que me puxou pelo braço, Walter e disse: “Não, ela vai entrar, porque ela está comigo. Eu sou deputado estadual, ela vai entrar”. E aí eu entrei e no meio do caminho, antes deles tirarem aquela montanha de gente que estava, uma mulher me olhou e deu um papelzinho, bem pretinha. Ela falou assim: “olha, aqui está o nome do meu marido. Eu não sei se ele está vivo ou está morto. Eu tenho 6 filhos. Fala para mim, moça, se você conseguir achar meu marido. Eu vou ficar aqui esperando a senhora”. Aquilo me cortou o coração e eu fui, levei o papelzinho do marido dela na mão com o nome e aí a gente entrou, aquele cenário, aquela sangueira, aquele desespero, os presos nas grades chorando. Uma das coisas mais terríveis! E aí eu consegui entrar no Pavilhão 9 e ainda os presos lavando o chão cheio de sangue. Eu cheguei lá e quando a gente sobe pra ir lá no lugar, tudo aquela sangueira e eu fui na parte dos presos que estavam trabalhando na área

⁷ É o texto “31 anos do massacre do Carandiru - Onde estão os filhos do massacre”. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/direitos-humanos-em-pauta/395050/31-anos-do-massacre-do-carandiru--onde-estao-os-filhos-do-massacre>. Acesso em: 14 jan. 2024.

administrativa, estava procurando e batendo os nomes dos presos. Aí eu falei pra eles não... Vamos lá. E eu fui vendo, eu fui pegando os nomes e aí que eu conheci o Caco Barcelos, que também estava lá junto com os presos, procurando os nomes e aí a gente começou a conversar, tal.

Aí eu e o Caco batemos todos os nomes. Eu peguei, fiz uma lista escrita à mão, falei vou levar esses nomes lá para a Vara de Execução, ver quem já tem execução e quem não tem. Saí de lá umas 4 horas da tarde, cheguei no meu serviço, a chefe estava lá e bateu o meu ponto, e aí eu falei para ela: “olha, está aqui a lista. Dá para levantar?”. Ela respondeu: “Dá, Deise, dá para levantar. Que horas você tem que entregar essa lista?”. Falei: “Ah, assim, é mais rápido possível, né? Ninguém sabe quem é que está vivo, quem está morto, quem tem execução, quem não tem”. Ela pediu para uns quatro funcionários levantar as execuções. Passou todos os nomes dos presos, os que tinham execução. A maioria dos que morreram não tinham ainda passado na audiência. Eram jovens de 18 a 25 anos. Tiro na cabeça, tiro na nuca. E não tinha execução. Aí eu levei para o pessoal da OAB, como eu tinha falado, e aí o pessoal fez os levantamentos. Eu acompanhei uma boa parte do inquérito, os laudos da Casa de Detenção de São Paulo. Acompanhei por muitos anos e aí fiquei lá.

Outros percursos da agência negra

Continuei e Geledés fazendo as coisas e aí, quando foi em 90... no mesmo ano de 92, o massacre foi em outubro, né? Em maio eu estava em Geledés e aí estava tendo uma manifestação no metrô dos jovens do movimento *hip-hop*, do *rap*. Os *rappers* estavam fazendo a respeito de um jovem que tinha sido morto dentro do metrô, porque estava cantando *Rap*. E aí estava o Miltão, estava todo mundo do movimento, e aí o pessoal pegou e falou, precisa falar, Geledés tem que falar alguma coisa. Deise está aí, então você fala. Aí, eu fiz um discurso enlouquecido. E fiz amizade com os meninos do movimento do *hip-hop*, o KL Jay... todos os meninos do movimento, o Dexter, que era novinho. Todos esses meninos eu conheci do *hip-hop* eu conheci lá, na Praça da Sé, nessa manifestação. E aí eles queriam mais informação sobre questão racial e eu falei de Geledés... “Ah, a gente quer ir lá! A gente quer ir lá”. Eu falei pra Sueli. Sueli achou a ideia interessante. E os meninos começaram a frequentar o Geledés, a ler os livros, a discutir texto, essa coisa toda. Até que surgiu a ideia de criar o Projeto Rappers⁸, que está fazendo 30

⁸ Desenvolvido entre 1992 e 1998 pelo Geledés foi um projeto voltado para a juventude negra provocada pelo movimento hip-hop a partir do impacto da ação SOS Racismo que a entidade vinha desenvolvendo. No passado foi lançado o documentário “Projeto Rappers: A Primeira Casa do Hip Hop Brasileiro – História e Legado”, nele é narrado o pioneirismo do projeto administrado

anos. Depois eu mando para vocês o vídeo sobre os velhos hoje falando do Projeto Rappers, e eu apareço lá no vídeo falando como foi.

E eu fiquei lá fazendo essa minha vida. Continuei na execução criminal... o único livro de criminologia da época era de Augusto Thompson, *A questão penitenciária*, e Michel Foucault, que era uma Bíblia, todo mundo tinha um, entendeu? [risos]. E aí, foi quando eu fui, continuei, continuei e fiquei em Geledés até 97, em 96, eu fui candidato a vereadora. Serviu para eu saber quantas pessoas iriam no meu enterro. Pelo PT, eu tive 2.400 votos... isso para a época era como se fosse hoje, mais ou menos 25.000 votos, dando essa proporção de tempo, nessa escala de tempo. Aí, era aquela campanha que não tinha dinheiro, não tinha nada, aquela coisa solitária, e eu falei: “nunca mais eu quero ser candidata, mas nem para síndica de prédio” e não fui!

E aí, eu comecei a falar em público depois dessa parte de 92, eu comecei a falar na OAB, eu comecei a colocar a questão racial. O pessoal da subcomissão criou o primeiro curso de execução penal, porque muitos juízes não sabiam lidar com a execução penal e muitos advogados depois da sentença, não sabia o que fazer. Aí eu fui explicando a carta de guia; quanto é o tempo; o lapso temporal para fazer pedido de progressão; o que é que precisava; o laudo criminológico, que eu devorava aqueles laudos lombrosianos. E aí, eu fui ficando e quando foi em 99, eu saí de Geledés. O Padre Chico da Pastoral Carcerária faleceu e muita gente saiu da subcomissão, mas fiquei ainda até 2003/2004, quando foram os primeiros julgamentos dos policiais do massacre e fui ganhando minha vida. Aí mais para frente, eu fui para a Fala Preta⁹, a organização de mulheres negras. E fui trabalhar também com questão de violência, direitos humanos. E aí foi a minha vida.

Eu comecei a participar de conferência, de reunião, dos encontros do sudeste, aquela coisa toda e sempre abordei a questão da segurança pública e do sistema prisional. Então, no Brasil, o Miltão sempre fala que eu fui a primeira mulher negra a falar da questão prisional, desde os anos 90. Então, eu tenho esse conhecimento sobre política criminal desde os anos 90 e vinha para Brasília e a primeira vez que eu vim a Brasília foi na época do *impeachment* do Collor. E vim para uma reunião de direitos humanos e eu fiquei, assim, assustada com essa cidade, porque nunca tinha vindo. E aí, a partir daí eu comecei a participar de várias reuniões e aí em 92... em 93 eu participei da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena

pelo Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/documentario-projeto-rappers-o-encontro-do-hip-hop-com-o-feminismo-negro/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

⁹ A Fala Preta! Organização de Mulheres Negras que foi fundada em 1997. Deise foi membra, desde a fundação, ocupando o cargo de presidente da entidade, na primeira década do século XXI.

e eu fiz um pronunciamento lá na ONU e, nesse pronunciamento, eu levei o nome dos presos do Carandiru. E falei da dificuldade do Brasil em lidar com o racismo e com as mortes. Já se falava em genocídio da juventude negra. Entendeu? Já se falava por conta da violência, principalmente nas periferias de São Paulo. Nos anos 90 se matava muito, muito, muito, entendeu? Eram mortes, assim, por mês eram mais de 100 mortes. Era uma coisa horrível, porque juntava a Rota de um lado, os grupos de extermínio, que era o Esquadrão da morte, Pé de pato, Justiceiro, que faziam tipo de uma milícia que fazia a limpeza nos bairros da periferia, lá em São Paulo. E aí eu fui indo, indo... e aí eu fui convidada para falar sobre a abolição da pena de morte, em Bruxelas, no Parlamento europeu, em 93. Aí fui para a ECO-92 e eu fui indo [risos]. Depois que eu aprendi, que eu perdi a vergonha de falar, menina, eu falava mais do que pobre na chuva. Mas eu tinha um hábito também de ler muito. Eu sempre fui muito de ler. Eu achava importante me informar, ler, ir atrás e a minha preocupação sempre foi a juventude. E depois me convidaram para participar do I Fórum Nacional da Juventude Negra¹⁰, que eu fiz uma fala. Participei de todas as edições do Fórum Social Mundial, onde tinha até uma mesa, no II Fórum Mundial, que era eu, o Sabotagem e a mesa foi suspensa, porque nesse dia o Sabotagem foi assassinado.

E aí fui seguindo a minha vida, cara, e eu fui indo, indo... Participando de conferência, reunião, sempre colocando a questão racial, principalmente nas conferências, direitos humanos aqui em Brasília. Que a questão racial não entrava como direitos humanos, entrava a questão da ditadura e eu falava da questão racial e foi indo. Fiz mais amizades, fui convidada para falar em outros lugares e universidades e fui indo, entendeu? E aí, depois que eu saí de Geledés e da Fala Preta, eu continuei atuando sem organização. E fiz parte, também, da construção do Fórum Nacional de Mulheres Negras¹¹, que era um fórum que tinha mais uma visão popular. Mulheres da base, não mulheres acadêmicas, independente de eu ter feito direito, eu achava que a gente tinha que ter uma relação com as bases. Mulheres que vão buscar o seu direito ali no dia a dia, no sufoco. Questão da violência contra a mulher, a questão racial do mercado de trabalho. E aí comecei a discutir a questão das mulheres nas prisões também, a partir de quando eu estava na comissão de direitos humanos da OAB. E aí a gente criou a primeira comissão

¹⁰ O primeiro encontro da juventude negra brasileira ocorreu, nos dias 27 a 29 de julho, na cidade Lauro de Freitas (BA). Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=2211>. Acesso em: 14 jan. 2024.

¹¹ Deise foi secretária-executiva do fórum que reunia cerca de 40 organizações de 15 estados brasileiros. No ano de 2005, teve importante contribuição no 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, quando apresentou mais de 150 propostas. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-07-01/forum-nacional-de-mulheres-negras-apresenta-mais-de-150-propostas-na-conferencia>. Acesso em: 14 jan. 2024.

das mulheres presas na OAB, em 91, eu, a Ruth, Adriana e a Margarida (Deus a tenha) e eu sempre fui a única mulher preta.

A vida me levou para a militância? A volta da vida

Eu continuei na militância. Sempre que as pessoas me chamavam pra falar eu ia. Sempre fui mesmo, independentemente de ter organização ou não, eu achava que eu tinha um compromisso e pela minha história de vida. A minha história de vida me leva para militância. A minha história de vida me levou para conhecer isso. E quando eu tinha 16 anos, que agora eu volto na história, na minha história pessoal, quando eu tinha 16 anos, eu tive a oportunidade de um dia em que falei com uma vizinha minha, né, “Pô, minha mãe, gente, onde será que tá minha mãe? Eu não acredito que minha mãe tenha morrido”. Aí ela falou: “olha o seguinte, sua mãe morava ali atrás da padaria, lá em cima. Vai lá, procura a casa do Seu Antônio, que ele conhece sua mãe”. Aí eu fui na casa desse Seu Antônio, um senhor negro, e eu falei de quem era filha e se ele conhecia a minha mãe. Ele falou: “eu conheço!”. “Ela mora onde?”. Minha mãe morava a uns 20 minutos de onde eu me criei. Ela morava no bairro do Campanar, em Diadema, que era o famoso caixote em pé, porque era só barraco, barraco, barraco, barraco. E eu morava numa casa de tijolo, de alvenaria. E tinha asfalto, já tinha asfaltado a rua. Então, tinha, assim, uma discriminação, o pessoal do caixote em pé que mora no barro e nós que morávamos na Água Funda, que morava no asfalto. A gente era elite, morava no asfalto. E aí, eu fui no domingo com ele, e era só barraco, barraco, barraco.

E aí ele mostrou minha mãe, que morava no morro, em um morrinho, em um barranco e, quando eu cheguei lá, era um barranco cheio de casinhas no meio do quintal, de barraco, né, poço, tudo, cachorro latindo, aquela coisa, né, de domingo. Aí eu subi. A minha mãe eu tinha uma ideia de que ela era bem pretinha, bem pretinha. Aí quando eu vejo minha mãe, minha mãe era mais clara do que a Emília, entendeu? Minha mãe era preta de pele clara. E aí, quando eu vi minha mãe, olhei assim e levei aquele susto. Minha mãe? Aí, seu Antônio disse: “Ah, essa aqui é a Patrocínia”. “Tudo bem com a senhora?” Ai tudo bem, minha mãe estava sentada, tomando cerveja, fumando o bom cigarro com as unhas imensas, bonitas as unhas da minha mãe. Aí o Seu Antônio perguntou: “você conhece essa menina?” Aí, minha mãe: “não... deve ser uma das namoradas do Pelé, não é?” Pelé é o meu irmão. Ele disse: “olha bem para ela”. E aí minha mãe me olhou, me olhou, chegou e falou: “vem aqui”. Eu cheguei perto dela e minha mãe me cheira o pescoço. Quando minha mãe me cheirou o pescoço, ela começou a chorar, aí falou assim: “essa aqui é a filha minha que eu dei, que eu não tinha condição de criar. Minha filha” [imitação de voz de choro]. Foi aquela choradeira e eu, assim, não chorei, não derramei uma lágrima. Eu fiquei assim, inerte, porque a minha busca de

durante tantos anos tinha se concretizado. Minha mãe estava ali na minha frente e ela me olhava: “Me perdoa! Me perdoa, mas se eu não fizesse isso você ia morrer de fome. Você não estaria aqui. Eu sempre vi você de longe. Eu ficava te vendo de longe. Descia lá, eu sabia a hora que você ia trabalhar e eu ficava atrás do poste te vendo. Via você ir para escola. Via que você estava sendo bem-criada”. Eu falei: “mas o que que vocês fizeram?”. Ai ela disse: “A gente fez um acordo que eu nunca procuraria você. Que já que foi dado, foi dado e que eu nunca ia poder ficar perto de você. Mas, eu estava preocupada que você já ia fazer 18 anos. Eu tinha medo de você conhecer seu irmão e de repente vocês namorarem e não saber que são irmãos. Então, seu irmão sabia que quando você fizesse 18 anos ele ia te procurar e dizer que era teu irmão, ia trazer você aqui pra gente te conhecer, pra você conhecer os seus irmãos”.

E aí eu conheci aqueles meus irmãos... uma branca, outra mais escura, tudo, e nem um parecia comigo, né? Porque eu era filha de um outro casamento e eu perguntei para a minha mãe, do meu pai. E minha mãe: “Ah, seu pai era um vagabundo, um mulherengo, um sem-vergonha”. Aí eu perguntei onde estava o meu pai. Levou quase dois anos para minha mãe... mais de dois anos... 16, 17, 18, 19, 20... quatro anos para a minha mãe dizer onde estava o meu pai. E aí ela falou que ele estava em Minas, e eu fui conhecer meu pai, fui na casa de um tio, e me apresentei, aí ele era um indígena preto, preto, preto, com o cabelo liso. E aí, combinei com ele e ele falou: “não, você vai conhecer seu pai”. Aí ele falou para o filho dele me levar no dia seguinte. Eu fui até um bar que meu pai estava jogando sinuca, quando eu vi o meu pai, um cara de cabelo amarrado, cabelo de linho, uma cor assim que nem a minha, mas mais vermelha. E aí quando eu cheguei, fiquei olhando assim, procurando traços do meu pai nele.

Consegui achar, ele parecia um indígena. E depois eu me aproximei magrinha, estava com um vestidinho e ele ficou me olhando e meu tio falou: “você conhece ela?”. Ele falou que não. Aí meu tio “olha bem para ela”. Meu pai ficou me olhando, me olhando e ele falou: ‘pega na mão dela’. Aí meu pai viu minhas unhas grandes iguais as da minha mãe, meu pai falou assim: “o que que você é da Patrocina?”. “Eu sou filha da Patrocínia. Eu sou a Deise, aquela que você largou, eu tinha menos de um ano de idade, e nunca mais voltou”. Ele ficou me olhando e eu falei: “por que que você não me criou? Por que você nunca me procurou?” Aí meu pai falou: “a cadela tem os filhos, quem cria é o mundo!” Ah, Zezinho, para que ele falou aquilo? E eu fiquei assim, sabe? Sem ação, sem nada. Não tive, assim, só queria saber. Aí eu fiquei sabendo que o meu pai era muito mulherengo e que meu pai ia casar. E eu tinha outros irmãos, que eu não conheci por parte do pai. Eu tenho, acho que uns seis irmãos por parte de pai que eu não conhecia. E aí,

soube que o meu pai ia ficar noivo e eu estava na casa desse meu tio. Acho que eu conheci meu pai na sexta... na quinta, e meu pai ia ficar noivo no sábado.

Como eu não era de Deus, com 21 anos toda a juventude é rebelde, eu fui no meu pai e eu vi a menininha bem novinha que era noiva dele. Fiquei só na espreita, quando eu vi que estavam tudo lá perto do bolo, eu entrei, falei: “você vai casar com esse cara aí? Esse cara aí eu sou a filha dele, viu?” Aí ele: “você é louca! Isso aí é uma louca!”. Eu falei: “louca não! Eu não sou louca. Você não disse que a cadela tem os filhos e quem cria é o mundo? Eu sou cria do mundo! Vem calar minha boca”. Aí sai, né? Aí o pau quebrou lá entre eles e eu vim embora. E só fui ver meu pai depois quando ele foi atrás de mim, conversar comigo e eu falei: “Não quero saber! Você já fez a sua escolha, cara”. Meu pai tinha filho pra caramba, entendeu? Devo ter irmão esparramado por aí pelo mundo afora. Anos depois, eu soube que ele morreu. Então, esse é o pedaço do meu pai, entendeu? Então, eu não tenho fotos dos meus irmãos por parte de pai, devo ter sobrinhos, sobrinhas, mas eu não conheço ninguém. A única relação que eu estabeleci foi com a parte da minha mãe, que eu acho que foi o sacrifício maior. Foi a dor maior de dar um filho. Então eu tenho... Nós somos em três mulheres, eu sou a caçula, e três homens. Eu tenho um monte de sobrinho, tem mais de 40 sobrinhos. E é a vida, né, cara? E eu sempre ajudei meus irmãos, minha mãe biológica já falei isso há muitos anos, minha mãe adotiva, meu pai adotivo também e, desde os 28 anos, eu sempre morei sozinha. Fui criada sozinha, uma criança sozinha. Perdi minha mãe, depois perdi meu pai com 28 anos e sempre vivi sozinha, entendeu? Sempre me virei sozinha. E aí, hoje eu tenho entendimento, que eu acho que eu vim já preparada para essa missão de fazer o que eu tenho que fazer sozinha, entendeu?

Novas agências contra o genocídio da juventude negra

Em 2011, eu recebi o convite da Rosário para vim trabalhar na Secretaria de Direitos Humanos¹² para lidar com casos que estavam na ONU e na OEA. Participei da Conferência Mundial Contra o Racismo¹³, de audiências públicas na OEA para falar sobre as questões socioeducativas e sistema prisional. E aí foi quando a Rosário, já tinha participado de audiência pública no Rio Grande do Sul, ela me conhecia, então me convidou para trabalhar. Os casos eram: Urso branco,

¹² A Secretaria Especial de Direitos Humanos alcançou o status de ministério na primeira gestão de Luís Inácio Lula da Silva, em alguns momentos essa natureza jurídica foi alterada. Extinto em 2016, só foi recriado em 2017. Deise refere-se especificamente à gestão da então Deputada Federal licenciada Maria do Rosário (PT/RS), que ocupou a chefia do ministério entre os anos de 2011 e 2014.

¹³ Até o momento foram realizadas quatro conferências internacionais sob a organização das Nações Unidas, nos anos de 1978, 1983, 2001 e 2009.

Monte Cristo, Aníbal Bruno, que foi o que virou a minha dissertação de mestrado. Fiquei lá na Secretaria de Direitos Humanos e meu acordo para eu ficar trabalhando com ela foi que eu não ia deixar o movimento negro. Que sempre que as pessoas me pedissem alguma coisa, uma participação, que eu ia continuar participando. Ela falou que eu estava certa, e eu disse que um dia eu ainda volto para a sociedade civil. Hoje eu estou governo, mas um dia eu volto e um dia a sociedade civil vai falar você deu as costas e eu não quero dar as costas. Eu sou muito crítica sobre isso. Aí eu fiquei lá na Secretaria, depois eu passei no processo seletivo para ser perita do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura¹⁴, fiquei quatro anos, fui a primeira mulher negra, a ser perita do mecanismo. Fui a primeira mulher negra diretora de um departamento de promoção e defesa na Secretaria de Direitos Humanos. Sofri racismo, porque uma vez eu cheguei para trabalhar, mijaram na minha sala e saiu até na nota na revista *Veja*, na época. E tinha uma disputa interna que tinha uma pessoa que queria ser diretora e era branca e não aceitava que eu fosse diretora. Eu comi o pão que o diabo amassou. Quando eu ia para as reuniões na Casa Civil, vinha aquela coisa de pegar sua mão pela metade, ou então perguntar você trabalha na SEPPIR ou você trabalha na Palmares? Aí eu tinha que dizer “não, eu sou diretora do Departamento de Defesa da Secretaria de Direitos Humanos. Tudo bem com você?” E aí, aqueles impactos que eu vivi na questão racial dentro da Secretaria, que eu vivi como perita do mecanismo, quando eu ia em presídios junto com meus colegas a gente levava sempre a nomeação. Que foi nomeado dando o protocolo da ONU contra a tortura e, geralmente, os diretores chamava “a senhora é o que?”. “Eu sou perita, diretor!” Porque eu estava no lugar errado, era pra eu estar atrás das grades, e não preocupada com o que estava acontecendo dentro das grades.

Aí eu fiquei quatro anos, aí terminou o meu mandato, tinham pedido o meu currículo para a Câmara e foi quando fui selecionada para trabalhar na segurança do PSOL, onde eu continuo trabalhando com direitos humanos, relações raciais. Faço os meus corre aí quando o povo me convida para falar aqui, vai falar ali, vai falar acolá. E esse ano [2023], por exemplo, eu peguei uma maratona brava em novembro. Eu fui falar em Minas Gerais, na conferência da OAB Federal; aí eu fui agora para a Escola Superior da Magistratura do Rio de Janeiro; geralmente sou sempre convidada para falar nas defensorias, porque eu fui parte do grupo que criou a Defensoria Pública no Estado de São Paulo e ajudei na elaboração do programa de criação do projeto da Defensoria, que teria vários órgãos e vários

¹⁴ O Mecanismo Nacional de Prevenção Combate à Tortura (MNPCT) é decorrente do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura (OPCAT/ONU), vinculado ao Ministério de Direitos Humanos. Deise ocupou a condição de perita, a partir de 2016 e 2019.

setores, inclusive de discriminação racial e sistema carcerário; falei já em várias escolas da Defensoria no Brasil, fora a pandemia e depois da pandemia; sexta-feira agora eu falei no Instituto Rio Branco para os diplomatas negros formados e os não-negros sobre relações raciais. E a minha vida é essa. Vocês vão lá no Instagram para ver a agenda. E sem vínculo com nenhuma organização e assim eu estou levando minha vida, né? Aí consegui fazer meu mestrado, graças a Deus, depois de tentar seis vezes, conseguir entrar e agora vou tentar o doutorado, porque eu estou esperando abrir as vagas para criminologia, porque eu quero continuar na criminologia.

E aí, eu estou aí... estou na vida, gente, e estou na casa dos meus doces e leves 65...64, quer dizer, estou com 46 [risos]. Estou com 64 anos e não tenho preocupação com idade, porque eu não sinto essa idade, a idade cronológica que está no papel, mas a minha idade da cabeça é outra. E estou na vida, gente, então essa é minha vida. Tem vários artigos publicados em vários livros, vários artigos publicados. Comecei a escrever, em 2005, comecei a escrever, porque eu tinha medo de começar a escrever e comecei a escrevendo sobre a construção da identidade negra no Brasil, que foi a primeira publicação que falava sobre essa construção, desde o tempo do processo da escravidão. Eu sou do direito, mas eu amo a história, principalmente a história da escravidão e agora participei, também, de uma formação no CNJ, no Conselho Nacional de Justiça, onde eu fui falar de traficados à traficantes, que é o meu novo foco, onde eu discuto o tráfico de escravos e a semelhança com o tráfico de drogas. Onde jovens que foram traficados ilicitamente, após 1831, têm seus descendentes presos nas prisões na condição de traficantes, da mesma faixa de idade. Então, agora eu estou discutindo isso é isso, meninas.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Obrigado por esse panorama que você já deu. Nessa primeira fala você já trouxe muito do que a gente também ia abordar. Tínhamos um bloco de perguntas sobre o período da ditadura, mas também achamos interessante você destacar o diálogo com a Pastoral Carcerária, ao mesmo tempo que você, como muitas interlocutoras da sua geração já faziam essa crítica de que o marco de violência no Brasil não era a ditadura. E aí, considerando tudo isso que já falou, a partir desse cenário na durante a ditadura, como é que você via os principais desafios de organização da militância de São Paulo? Como aparecia o mito da democracia racial ao mesmo tempo em que se tinha já um debate sobre a estética negra muito forte? E queria, também, se você pudesse trazer um pouco mais desse processo que você fala da agência de mulheres da construção do Geledés. E por último, para fechar as caixinhas da ditadura, que você também trouxesse algum marco do momento da redemocratização dentro do debate que

você estava fazendo na agenda contra o encarceramento de jovens negros acompanhando a organização de mulheres.

Deise Benedito:

A ditadura sempre existiu para os jovens negros

Bom, vamos dividir por parte. Na ditadura militar eu era criança, então eu morava num bairro pobre, num bairro que tinha toque de recolher, que volta e meia passava uma viatura preto e branca do DOI-CODI¹⁵ e eu não sabia o que era. Sabia que tinha que entrar para dentro de casa e a criançada toda entrava para dentro de casa. Então, a ditadura dos anos 67, 68, 69, eu era criança. Quando eu entro na adolescência, a única coisa que eu me lembro quando eu estudava sábado, eu tinha aulas de uma professora que era do OSPB, Organização Social e Política no Brasil, e ela fechava a porta quando ela dava aula, porque ela falava várias coisas de liberdades, do direito de se organizar, e não sei o quê, e a gente não entendia o porquê ela fechava a porta. Só fui entender depois, porque era a questão da ditadura. E quando eu era criança, quando a gente entrava na sala de aula, todo dia de manhã a gente tinha que jurar bandeira. Tinha que fazer fila, com a mão no peito, cantar o Hino Nacional e jurar fidelidade à bandeira brasileira.

E na década de 70, quando o Brasil ganhou o campeonato, a gente via um monte de carro com aqueles adesivos "Brasil, ame-o ou deixe-o", e aí todo mundo punha em casa aquele adesivo na parede da porta da casa. Eu não entendia o porquê, mas na minha casa tinha. Entendeu? Então, eu não vivi esse período. Eu era criança nesse período mais tenso da ditadura militar. E aí, até os 14 anos, eu não entendia. Eu via, às vezes, a polícia passando, mas onde eu morava a polícia sempre passou, porque eu morava em uma boca, então, não era muito diferente a polícia estar sempre lá. E eu só fui despertar, só fui entender as coisas que estavam acontecendo, com meus 18 anos, quando a gente via o pessoal da igreja se organizando, aquele Comitê Eclesiástico de Base, como eu trabalhava num bairro que tinha uma fábrica que era uma siderúrgica, sempre expelia muita fumaça e o pessoal e as mulheres se organizavam. As mulheres começaram a se organizar em torno de denunciar essa fumaça e era sempre depois da missa, porque depois todo mundo ia pra casa porque tinha medo. Depois que eu fui entender que era medo da ditadura militar, de ser preso, de ser denunciado pelo DOI-CODI. E o DOI-CODI era depois da Imigrantes, perto da 35, que era mais ou menos perto de onde eu morava. Então, eu não tive, entendeu? Eu só lembro que uma vez a gente fez uma manifestação

¹⁵ Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, foi um dos principais aparelhos estatais de inteligência e repressão da ditadura civil-militar.

pedindo passarela lá na Imigrantes, porque morria muita gente atropelada e eu fui para a manifestação e eu falei: “tem que ter passarela aqui, porque se não tiver, vai matar mais gente”. E o meu pai ficou apavorado, falou: “Pelo amor de Deus, menina, para com isso, de repente, se a polícia pegar e eu não vou te tirar”.

Mas eu não entendia direito a causa, mas era a ditadura militar. Então, a minha infância, adolescência e a entrada na idade madura, ficando mocinha, era a ditadura militar. Quando eu passo a frequentar as reuniões de Geledés, quando eu passo a frequentar as reuniões do Movimento Negro, foi a questão das Diretas-Já e eu fui para as Diretas-Já, porque todo mundo dizia que era a democracia, que teria direito de votar, que era o fim da ditadura. Foi quando eu fui despertando para entender melhor essa ditadura, porque morte sempre teve na periferia, entendeu? Tortura sempre tinha nas delegacias, então, para quem era da periferia, para os jovens negros da periferia, ditadura sempre existiu. Era a ditadura mais os grupos de extermínio, eles atuavam em conjunto. Está lá o Caco Barcelos não me deixa mentir. Hoje o livro “A fé e fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI”, do Bruno Paes Manso, também não me deixa mentir, entendeu? E aí foi quando eu vi as primeiras manifestações, eu participei das manifestações pelas Diretas-Já, eu ia, eu achava maravilhoso aquele célebre comício no Anhangabaú com mais de 30.000 pessoas e eu estava. Então, eu começo a engajar ali.

Mulheres negras interrogando o feminismo

Agora a discussão de Geledés, que era mais voltada para a questão das mulheres, começa também a se discutir as questões do feminismo e a crítica ao feminismo branco se deu a partir de 1988, na fundação de Geledés. Mesmo dentro do Conselho Estadual da Condição Feminina¹⁶, que as mulheres brancas discutiam os problemas de classe média, discutiam a questão de trabalho, de violência, mas não falavam da questão racial. Foi quando o grupo de mulheres negras dentro do Conselho resolveu sair e fundar o Geledés para realmente ter um ponto de marcação real mesmo sobre a questão das mulheres negras, que não era uma coisa que passava pelas mulheres brancas, feministas e a grande maioria de classe média. Então, essa é uma coisa que vem desde os anos 1980. Um outro detalhe também interessante era a questão do fenômeno da mulatização. Então, mulheres que tivessem o tom da minha pele, eram consideradas mulatas. Então, eram as mulheres altamente sexualizadas, bonitas, eram mulatas e não eram morenas, cor de jambo, cor de chocolate - eram as mulheres negras. Aí você tem, nesses mesmos anos 80, o fenômeno da mulatização das mulheres negras, e da hipersexualização

¹⁶ Foi o primeiro órgão governamental de gênero criado no país em 1983. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=448646>. Acesso em: 14 jan. 2023.

das mulheres negras aliado com o fenômeno da xuxalização, da branca, loira, dos olhos azuis, que era a beleza respeitável e as mulheres negras que eram comestíveis e duráveis. Se vocês pesquisarem, vocês vão ver “as mulatas do Sargentelli”, e aí tinha esse produtor musical, que tinha as boates no Rio e São Paulo, que punha as mulheres negras para sambar, para dançar e ser mulata do Sargentelli.

Na minha época também era uma questão de *status*, porque eram mulheres bonitas, que sambavam e ganhavam muito dinheiro, mais do que as outras. E tinha aquelas que trabalhavam em fábricas e à noite como mulata do Sargentelli para ajudar com o dinheiro dentro de casa. Então, também teve esse fenômeno que eu acho que não é muito estudado. As pessoas vão atrás de outras coisas, mas esse fenômeno da mulatização, dos anos 70 e 80, seria interessante que o pessoal começasse a se debruçar nessa questão do que foi as mulatas do Sargentelli, a mulata e a desconstrução do mito da mulata. Não é só a palavra misturada de mula, mas o que vem junto com essa mulata? Quem é essa mulata? Como é que eu passo a desconstruir essa mulher negra? Como é tornar-se uma mulher negra, deixando-se de ser mulata? Eu acho que é isso... dá até para fazer um artigo, deixar de ser mulata, tornar-se uma mulher negra, e eu acho que esse é um dos grandes fenômenos. E essa construção do feminismo, quer dizer, o direito ao aborto, o direito pelo próprio corpo, o mercado de trabalho (...).

E uma das coisas, também, que é muito interessante, se vocês quiserem aprofundar, foi, nesse período de 1988, o Osmar Coutinho, um médico baiano que começou a propor que as mulheres fossem esterilizadas na Bahia, a esterilização de mulheres negras. Vocês podem pesquisar a esterilização de mulheres negras na Bahia, nos anos 80, vocês vão achar alguma coisa escrito sobre isso. Luiza Bairros, Sueli, Fátima Oliveira – que já faleceu. É um pessoal que debruçou muito sobre esse programa de esterilização de mulheres negras na Bahia, que veio travestido sobre uma política pública, quando as mulheres estavam querendo discutir o planejamento familiar, o uso da pílula, a questão da AIDS. Quer dizer, foi muita coisa dos anos 80 para os anos 90, foram os anos para o movimento de mulheres que tudo vinha à tona. Então, era a discussão de mercado de trabalho, questão da sexualidade, a questão do uso da pílula, a questão da AIDS. Então, se vocês colocarem mulher negra e AIDS, vocês vão achar um monte de coisa produzida nos anos 90. Mulher negra e planejamento familiar, um monte de coisa produzida nos anos 90. Então, o que eu sinto às vezes falta, é que eu não vejo muita coisa lá atrás. Parece que tudo passa a acontecer a partir de 2005 para cá, sabe? Aí você fez o mundo. E tem muita coisa boa, muita tese, muita coisa, muito artigo, muita coisa produzida por mulheres negras lá atrás. E que isso deve ser porque vocês não chegaram aqui à toa. Vocês não chegaram como vocês chegaram. Vocês chegaram

porque alguém chegou antes e alguém que chegou antes, chegou antes daquelas que chegaram antes de vocês, então, tem muito esses detalhes que eu acho interessante se observar.

E dentro dessa questão da ditadura militar, pouco se falava... e eu era uma das mulheres negras que frequentava a discussão de direitos humanos, que era uma discussão branca quando eu estava em Gelédes. E aí eu comecei a pensar que eu tinha que aprender como os brancos fazem para mim poder fazer. Então, eles leem tal livro, eu também vou ler. Só que eu vou ler pela ótica racial, entendeu? Eu vou ler pela ótica de raça o que os brancos leem sobre direitos humanos. E aí eu começo a fazer muitas críticas aos direitos humanos. Uma das críticas que eu falo é que enquanto estava lá no *Égalité, Fraternité e Liberté*, nós aqui estávamos a se “fuder”, porque estava chegando escravizados aqui no Brasil, em 1789. As maiores cargas de africanos para serem escravizados estavam aqui e na Carta da Declaração de Direitos Humanos não se fala da abolição da escravidão. Você tem a carta do Keita¹⁷, de 1222, escrita no Império do Mali, a carta dos caçadores, que foi traduzida pela Unesco, que ele vai descrever o que são os direitos humanos. E qualquer semelhança não é mera coincidência, as pessoas foram lá e chuparam mais de 20 artigos dessa famosa Carta Mandinga. Mas eles não falam sobre. O mundo se dá a partir do João sem Terra, que vem 1250, e a Carta Mandinga foi datada desde 1222 e foi na África, no Mali. Então, né, uma visão eurocêntrica de direitos humanos jamais vai se debruçar sobre uma visão africana de direitos humanos.

E aí, a essa altura do campeonato, eu fui buscando outras coisas. Então, tem relações com o movimento de mulheres brancas que me conheceram desde jovem, e tem algumas delas que, realmente, foram muito parceiras no movimento negro, que não só denunciaram o racismo, mas apoiaram que as mulheres negras tivessem uma posição mais firme diante a questão racial, que é o fator crucial. Lélia Gonzales, eu não vou discutir... Eu não a conheci, infelizmente, mas ela já falava de interseccionalidade, então, eu não vou beber Kimberle, eu vou beber Lélia, cara. Sabe? A questão do Quilombo, eu vou beber Neusa, que é a primeira mulher negra que vai falar de Quilombo no Brasil, que faz uma discussão sobre território no Brasil. Então, eu sou uma pessoa muito crítica, porque nós temos uma produção intelectual negra extraordinária! Extraordinária dentro das condições que as mulheres negras viveram e vivem, e todas as dificuldades. Então, quando a gente

¹⁷ Sundiata Keita, de acordo com a tradição oral pertencia ao povo Mandingo e nasceu final do século XII na região do atual Estado Guiné. A Carta (oralidade) do Mandinga é assim considerada uma das primeiras declarações de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/sundiata-keita-o-lend%C3%A1rio-rei-le%C3%A3o-que-governou-o-imp%C3%A9rio-do-mali/a-43523048>. Acesso em: 14 jan. 2024.

passa pela Conferência de Durban¹⁸, quando a gente vai para a Conferência Mundial Contra o Racismo, as mulheres negras já vêm com uma pauta que envolve saúde, moradia, educação, salário, igualdade, direito ao aborto, direito... As mulheres negras saíram já com uma pauta em grupo, então, o sinalizador da Conferência Mundial Contra o Racismo foi o Movimento de Mulheres Negras de um lado e o Movimento Negro do outro. Então, a questão das reparações passa por uma série de coisas.

Há muito para a população negra enfrentar e viver...

Então, a gente tem sempre esse olhar. A questão da sexualidade negra das gays, dos gays, das lésbicas, das trans, isso tudo passa por uma coisa mais nova, mas já no Movimento Negro isso foi sempre discutido e discutido com cuidado, porque, querendo ou não, o que vem primeiro a questão racial ou a questão sexual? E aí você vai ouvir falar “o Movimento Negro foi homofóbico, é homofóbico”. Eu acredito que em determinadas situações, realmente foi homofóbico, porque, primeiro as nossas condições de vida, de sobrevivência, passam pela cor da nossa pele. E agora é agregar com a desigualdade o fato de ser lésbica, ou ser gays, ou ser trans. Isso são agravantes a questão de ser negro. Agrava muito mais ainda no ponto de vista do preconceito, da discriminação. Obviamente que de 10 anos para cá, a questão mudou muito. Você tem muito mais a discussão sobre sexualidade, a questão racial. Você tem o auxílio da internet, que é a tendência das coisas, a evoluírem. Não regredirem, a gente tem a regressão do racismo, por conta do empobrecimento de muitos brancos de classe média. Que não aceitam ser empobrecidos ou ficar numa situação pior. E você vê um crescimento de uma “pseudo”, que eu chamo de “pseudo” classe média negra. Porque, para mim, negros de elite tem que ter fazenda; tem que ter ações em quais empresas da Nasdaq; aqui no Congresso quantas vezes vem, qual a influência desses negros dentro dos lobbys, junto aos deputados federais para fazer passar a proposta das suas empresas? A gente não tem isso, cara. Então, a gente não tem uma elite, a gente tem uma população flutuante em ascensão devido às cotas nas universidades. Não se tem, ainda, nítido como está o mercado de trabalho para que possamos ter negros daqui 30 anos com fazendas, produzindo, exportando, para a gente poder chegar a dizer que nós temos uma elite negra. Sou muito clara... nós não temos uma elite negra, nós temos negros vivendo em situações confortáveis em relação ao que viveram seus pais, seus avôs, seus bisavôs. Mas

¹⁸ Dentre as já citadas conferências está foi a terceira edição, realizada em 2001. É apontada por muitas ativistas e intelectuais como um marco da articulação de mulheres negras, pois possibilitou ampliação de uma agenda antirracista na América Latina a partir do protagonismo das mulheres negras.

elite, elite, não. Eu não considero! Uma coisa é elite de internet, vai na casa dos outros que é rico, fica tirando retrato, posta na internet fazendo pose. Na vida como ela é, está pegando o “busão”, está pegando o Uber, está lá no sufoco comendo no bandeirão, então, é isso. E você tem muito isso. Você entendeu? É, cara, porque o gostoso de ter vivido... esse ano completo 40 anos de movimento! 40 anos de movimento! Então, quando você está em 40 anos de movimento, mais nada te abala, entendeu?

Então, quando o povo fala “a, elite negra”, eu olho assim... mas quantas fazenda tem a criatura? Quantas empresas ele tem? Quantas fábricas? Como que ele contribui com os meios de produção? Onde tem os meios de produção, cara? Sabe? Não detém nada! Não tem poder nenhum, sabe? É essa a realidade, que é a realidade que se vende do sonho americano. Pior que é o sonho americano. E eu que estive nos Estados Unidos, já fui para lá já algumas vezes, eu digo pra vocês que com tudo, com tudo, é muito difícil ser negro nos Estados Unidos. É muito difícil. Não é fácil. [você estava lá, né, Inara?] Né... você vê que ali o buraco é mais embaixo, não dá para ser preto nos Estados Unidos. Uma coisa é o que eles vendem nos cliques. Uma coisa é Nelson Rodrigues, a vida Como Ela É, né? Você vai no Harlem, a casa só tem um quarto, sala e cozinha. Por isso que o povo só fica na escada, porque não tem espaço dentro de casa, você está entendendo? Então a extensão da casa é a calçada. Então, a gente tem essa impressão, esse desejo... Existe uma construção de um desejo e nessa construção desse desejo a gente tem que ter sempre muito cuidado quando a gente consegue esse desejo.

E a outra coisa que você me perguntou da democracia, sobre como entra a questão racial... a questão racial entra pelo PT. Já entrava na década de 30 nos partidos políticos, mas ela passa a ter mais força dentro do PT, mas aí começa a criar aquele conselho da comunidade negra, conselho de promoção de igualdade racial, secretaria... Porque antes pegava os pretinhos “ah, não, a gente é a favor do fim do racismo”. Aí abriu a Secretaria da cultura para colocar os pretinho tudo na cultura como se fosse só pra criar, sair batendo bumbo. Aí, com o passar do tempo, com a criação dos conselhos de comunidade negra e a transversalização, mesmo que goela abaixo, da questão racial obriga, os outros partidos, mas isso não quer dizer...a gente tem que ter esse cuidado quando a gente faz essas avaliações. Uma questão para falar para vocês que eu considero importante, a questão de se falar das drogas do sistema prisional é novo. Entendeu? É novo... todo mundo está discutindo isso, mas é novo. Há 10 anos atrás não se discutia. Eu que era doida de ficar falando de droga, de falar de prisão, entendeu? Mas não se fala e agora que está se falando, agora que ganhou a coisa do encarceramento, não é? E eu sempre

falo, encarceramento acontece desde um momento que o primeiro navio ancorou na Costa Africana e lá começou... é essa linha.

Você me perguntou outra coisa... deixa eu lembrar. Foi democracia, processo de democratização como é que foi a questão dos partidos políticos, como foi a questão das mulheres negras. E eu acho que também tem um outro detalhe o Movimento Negro, ele não discutia, as mulheres romperam, abriram as portas para discutir a questão das mulheres nos Movimentos Negros. Então, foram vários enfrentamentos: primeiro enfrentar as feministas clássicas que queimaram sutiã; depois enfrentar o Movimento Negro, os homens dizendo “o racismo nos agride muito mais do que às mulheres”; e hoje você tem essa abertura, mas existe ainda a resistência. Vide, eu que trabalho na Câmara, que vejo hoje a questão da violência política, como é que são atacadas as mulheres negras, como são desqualificadas, quando são desmotivadas. E é esse enfrentamento na política, porque é o não lugar. Esse é o não lugar, “era pra você estarem lavando, passando, cozinhando, vendendo cachorro-quente. Vocês estão querendo discutir política?”. Só que eles esquecem que ninguém mais do que as mulheres negras podem falar de política, até porque a nossa vida sempre foi negociar. E se política é o ato da negociação, foi o que a gente sempre fez com muita habilidade. Essa que é a grande questão, o que nos mantém viva é isso e a questão da religiosidade, as religiões de matriz africana que explodiram, nos anos 90, com os primeiros ataques nos anos 80 para os 90, com a expansão do narcotráfico. Então, hoje o que o TCP faz, o Terceiro Comando Puro, que é um racha da Falange Vermelha, que é um racha do Comando Vermelho, já acontecia lindamente nos anos 80, quando já se invadia os terreiros. Só que agora você tem internet, então o pessoal filma as coisas que estão acontecendo. Mas sempre aconteceu lindamente, então nunca foi (...) E então é isso, entendeu? As condições hoje são outras. Então a gente fala sobre essa ótica!

Dossiê Direito e Relações Raciais: Deise, eu posso fazer só mais uma pergunta, e aí a gente encerra? Mas se você estiver cansada, eu posso mandar por áudio e você pode me responder depois. Pode ser sincera, por favor.

Deise Benedito: Já estou aqui, vai já que está gostoso, deixa.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Eu queria, na verdade, que você amarrasse toda essa narrativa que você fez, principalmente pensando na construção histórica. Porque você fala que foi se construindo dentro do Movimento Negro antes de chegar no Movimento de Mulheres Negras, por uma situação vivida ali de discriminação. Depois o movimento de mulheres negras e agora você está mais institucionalmente, sem estar atuante em algum movimento social. E aí o que eu queria é que você amarrasse como você percebe toda essa construção. Por exemplo,

você traz o quanto o Geledés e o Movimento de Mulheres Negras foram importantes, por exemplo, aqui em São Paulo, para a construção da Defensoria Pública. Então, é um pouco essa ideia de falar sobre a importância do movimento de mulheres negras, a importância do movimento negro para a formação de algumas instituições e o quanto a agenda de Durban, e outras agendas, chegam a institucionalidade? Como isso afeta a institucionalidade para a promoção de políticas públicas, para a atuação das instituições perante a população negra para a garantia de acesso à justiça, para a efetivação de direitos humanos, em uma perspectiva que de fato atenda a população negra, a população encarcerada?

Deise Benedito:

Uma vida pelos direitos...

A minha história de vida ela é baseada em relação de direitos humanos. Quer dizer, não me foi garantido, não foi garantido a minha mãe condições para me criar depois da separação. Não foi garantida a minha avó condições de vida para criar oito filhos. Não foi garantida a minha bisavó. E eu estou falando por parte de mãe e acredito que por parte de pai também. Não houve garantias. Então, a grande sequela do processo escravista que é a falta de qualquer aparato material para sobrevivência digna dessas pessoas, levou, assim como a minha mãe, várias mulheres a dar seus filhos para que eles pudessem viver, num ato de amor. Eu falo porque a minha mãe, quando me deu, foi um ato de amor. E a minha mãe branca que me acolheu também foi um ato de amor, porque ela desafiou todo um processo de racismo imposto e que ela, talvez, nunca tivesse imaginado que ela iria viver adotando uma criança negra. Então, quem adota uma criança negra, tem que estar muito bem-preparado para os enfrentamentos que vai ter na escola, na vida, dentro da família e no cotidiano. Então, o preço que a minha mãe de criação pagou foi caro, porque a família dela branca, descendentes de italianos, todos eles se afastaram dela quando ela adota uma criança negra, sendo que ela poderia ter ditado uma criança branca. Então quer dizer, eu vivenciei os dois lados, o efeito do racismo, dos dois lados: o sofrimento da minha mãe biológica, de ter que dar uma filha para que essa filha vivesse e que ela ficasse sofrendo, “nem que eu sofra de saudade e de vontade de ver, mas ela está viva”. E a minha mãe de criação de enfrenta o racismo, discriminação “mas ele é preta, mas ela é minha filha”, que era o desejo da maternidade, de concretizar a maternidade. Então o racismo ele perpassa nessas 2 questões da minha vida.

E aí, quando eu estou dentro do movimento que eu consigo perceber para além daquilo que é demonstrado, a pobreza, as mulheres como empregadas domésticas, as mulheres naquela vida de mendicância, as mulheres... me abre que eu não quis

ser empregada doméstica. Eu fui incentivada pela minha mãe branca, a não ser quando dizia “vai estudar”. Porque ela tinha uma visão ampla, ela falava “vai chegar um tempo que para ser lixeiro, vão pedir diploma”. São mais de 40 anos, entendeu? E hoje a gente vê isso. Então ela era uma mulher visionária e por um lado, essa forma dela ser uma mulher visionária, que estudou até o quarto ano, quando a minha mãe negra era analfabeta, ela já estava muito na frente, porque ela tinha condições de ler, de ver, compreender e interpretar, coisa que a minha mãe biológica não teve condições. E não foi porque quis. Então, quando eu atravesso, quando a minha vida, a minha infância foi perpassada pela desigualdade, pela questão de oportunidades de ter sido criada com a minha família, quando eu dentro para escola, quando eu convivo desde criança com a discriminação pela cor da minha pele, entendeu? Quando eu bebi cândida [água sanitária] para ficar branca, porque uma vez uma menina japonesa disse “quer ficar branca? Você fica branca tomando cândida”. E minha mãe foi parar comigo no pronto socorro, desesperada, pensando que eu ia morrer. Então, tudo isso a questão racial, a cor da pele sempre foi um fator determinante para mim. Em todas as escolhas da minha vida. De ser preterida para ter namorado, de ser preterida para ter um bom trabalho, de ser preterida. Então, isso foi me levando. Quando eu sofro, e não existe acaso, se eu cheguei aonde eu cheguei, eu devo àquela senhora japonesa que disse para mim que eu não podia trabalhar, porque eu era de cor e que a empresa não pegava pessoas de cor.

Então eu fui naquele meu rompante de já saber que existia o racismo, eu já sabia que tinha discriminação, mas eu não sabia que tinha movimento. E foi nesse vácuo que eu entro. Então eu entro a partir da minha indignação. Então, a minha indignação é que... a indignação da minha mãe biológica que fez ela me dar; a indignação da minha mãe biológica, que fez, desde criança, eu entender a questão do racismo e, mais uma vez, o fator determinante da discriminação. Então, quando falei para vocês que eu vejo o movimento e eu nunca... Às vezes eu me vejo olhando lá para trás, e eu nunca imaginaria 40 anos atrás, eu nunca ousaria imaginar que o movimento negro chegaria no apogeu que ele chegou hoje. A gente teve conquistas extraordinárias. Extraordinárias de não só denúncia pela denúncia, denúncia com proposta. Nos anos 70, denunciava; nos anos 80, já começo a propor; nos anos 90, denuncio, proponho e avalio. Você está entendendo? Isso tudo é crescimento. Hoje eu tenho a denúncia, eu faço a proposta, e faço avaliação, eu reconstruo e eu desconstruo. Entendeu? Nós estamos numa fase de construção e de desconstrução o tempo todo.

A Dulce tem me acolhido no dia que eu fiz a denúncia foi fantástico. Eu nunca tinha falado em público, sabe? Então foi fantástico, porque a Dulce, eu sou muito

grata a ela, quando eu encontro com ela, ela vem, me abraça, e eu falo assim “obrigado”, porque há 40 anos atrás ela pegou uma menina de 23 anos, que morava num bairro de periferia, que o máximo que poderia ser era auxiliar de escritório. O máximo era eu ser uma auxiliar de escritório, entendeu? Então, eu não vislumbrava fazer universidade, porque eu achava que não era meu lugar, assim como várias meninas da minha idade achavam que a universidade era muito, muito, muito distante de nós. Então, eu conheço o Geledés, eu conheço Sueli, eu conheço todas essas pessoas que passaram na minha vida, eu sou muito grata, porque eram mulheres que liam. As reuniões que a gente fazia, que eu participava, elas punham o texto na mesa e começavam a discutir aquele texto. E eu ficava só ouvindo, depois eu ia buscar saber o que é que elas estavam falando, que eu tinha vergonha de perguntar e falar errado. Porque eu também falava muito errado. Entendeu? Era muito maloqueira mesmo e falava muito errado, então, eu fui aprendendo a falar, aprendendo a observar momento de fala, sabe? Eu fui, aprendo, foi tudo um aprendizado para mim. Então estar em Geledés foi uma puta de um aprendizado, sabe? Conhecer Edna Rolan, conhecer Sueli, conheci Diva Moreira, conheci pessoas maravilhosas e sempre ouvindo essas mulheres. A história que você fala hoje, de ouvir os mais velhos, eu sem saber, sem elas falarem isso de ouvir mais velhos, eu ouvia, porque eu estava em um processo de aprendiza como até hoje.

Eu sempre que falo que eu não sei tudo. Eu estou em um processo de aprendizado e esse processo de aprendizado me permitiu compreender a questão do feminismo, o que é feminismo? O que é igualdade? De que igualdade a gente está falando? Eu fui aprendendo isso. Quando você vem da periferia, a gente age, a gente é feminista nata, mas não com conceituações do feminismo. Quando é da periferia, é feminista, cara! Trabalha, leva os filhos para a escola, faz salgadinho, vai de diarista, divide, racha e tal, porra... A mulher é feminista; é política, porque tem uma habilidade na negociação, só que não tem o conceito e sabe que sofre discriminação, porque ninguém fala pela que ela sofre de interseccionalidade. Entendeu? Ela sabe que ela está ferrada se ela não fizer o corre. E eu sou uma mulher que veio dessa base da periferia, tanto que eu nunca vou cuspir no prato de onde eu vim. Conheci minha mãe biológica morando em um barraco. Não dá pra mim “eu sou intelectual, sou mestre”. Sou nada! Você está entendendo? Então, essa que é a questão. A mosca azul nunca me picou, sabe, de achar que eu sou melhor do que ninguém, não. Estou em fase de aprendizado.

E aí, quando a gente está nesse movimento de mulheres, que você vê outras mulheres falando, trazendo suas experiências, o grande choque que sempre teve no movimento de mulheres é questão de classe. E que se reproduz no movimento

de mulheres negras, as acadêmicas e as não acadêmicas. Como ficam as meninas que estão na universidade e aquelas que não estão na universidade, que são quebradeira de coco e que são.... percebe? E que, de repente, essas mulheres têm uma experiência extraordinária, mas a questão da divisão de classe é que faz esse divisor e aí a gente acaba reproduzindo a mesma coisa do movimento feminista. A empregada doméstica que se organiza não tem menor valor do que as intelectuais que se organizam para discutir violência contra a mulher. Mas aí, quando você discute a violência de mulher, você discutir a violência contra as mulheres brancas, você não discute o impacto da violência das mulheres negras, porque quando aquela mulher negra é esmurrada por aquele marido negro, que é alcoólatra ou usuário de drogas, aquele marido, ele reproduz aquilo onde ele foi criado. Ele é adoecido pelo racismo e pela violência. E ele vai descontar naquela mulher, porque é assim que ele aprendeu, entendeu? O branco, não. O branco não tem que disputar com outro branco. Ele é branco e vai continuar branco e não vai ser discriminado e ele soca a mulher dele sim, quantas vezes ele quiser, mas ela, por ser branca, ela tem a proteção institucional. A luta por ser negra não tem essa proteção institucional.

Se alguém fizer um levantamento de quantas mulheres negras têm denúncia e porque demora tanto para sair as medidas protetivas? Elas saem mais para as mulheres brancas ou para as mulheres negras? As mulheres brancas de classe média que são socadas pelos maridos, elas logo vão para a casa de um parente, onde tem proteção e as mulheres negras têm um parente ou a proteção necessária para se esconder e não serem mortas? Quer dizer, qualquer lei que protege uma população em geral, nós temos sempre que fazer um recorte racial. Mas e as mulheres negras? Mas e a Juventude negra? Mas e as deficientes físicas negras? Porque você tem um tratamento diferenciado. Então, quando o Movimento Negro se organiza, as mulheres negras se organizam, não rompe, mas fala-se “não! Tudo bem, as brancas têm essa pauta... até aqui a nossa pauta é igual, só que a nossa pauta entra isso, isso, isso e o nosso, quem tem que falar disso somos nós”. Somos nós que sofremos de violência obstétrica. Somos nós que estamos lá e que ficamos três, quatro horas para dar luz, sentindo dor, porque vocês têm planos de saúde da melhor qualidade. Vocês têm condições de pagar um plano de saúde? Nós não temos. A gente vive de SUS.

Então, quando a gente vê isso, a gente discute essa questão do feminismo, veio essa onda do feminismo negro e aí às vezes eu fico com medo, porque você, para discutir o feminismo, primeira coisa que que você tem que ser, você é mulher, você é negra, você é feminista negra, mas as feministas também... que inferno, que inferno é esse? Que coisa chata esse feminismo de mulher negra é muito chato,

gente. Olha, eu tenho sim que politizar as mulheres pelos seus direitos. Eu tenho que levar informação sobre os direitos que todos nós temos, agora, compreender, fazer que elas aceite que o feminismo, ele é a base e a base do feminismo é branco e nós temos que criar um feminismo...Então, o que que a gente faz com o feminismo da Irmandade da Boa Morte da Bahia que tem mais de 200 anos? O que eu faço com a Irmandade da Boa Morte? As mulheres se organizaram para comprar carta de alforria, em 1830. Era escravizada e essas mulheres foram para a rua para juntar dinheiro para poder enterrar os filhos e o marido com dignidade. A Irmandade da Boa Morte que foi a primeira organização das mulheres negras no país abolicionista. Se isso não é feminismo, me diz o que é? Se isso não é autodeterminação dos povos, você me diz o que que é? Se isso não é autonomia sobre um processo escravista que você tinha dono e você resolve fazer tudo isso numa organização que está aí 200 anos, então me diz o que é? Então, eu tenho às vezes medo, principalmente das lideranças que surgem na internet. E veio muita liderança na pandemia, viu? Eu vi, às vezes, umas lives que eu ficava até com medo, mas é umas lideranças assustadoras, mas eu falo dessa questão de como é para nós mulheres negras.

E aí, para eu amarrar tudo isso, eu amarro, assim: a minha história de vida, ela perpassa pela história do Movimento Negro em busca de direitos. Eu tenho a minha vida cercada pela busca de direitos e de me firmar enquanto pessoa, enquanto mulher, enquanto negra, enquanto uma pessoa que não casou, que não teve filhos, e que tem uma opção sexual de ser hétero. E pago o preço das minhas escolhas, porque tudo tem um preço. É assim que eu amarro tudo isso e hoje as pessoas me convidam sem eu estar numa organização, porque eu acredito na força desse movimento e eu estou nesse movimento sem estar no movimento. Eu sou uma pessoa em movimento, sem estar necessariamente no movimento. Então, quando eu sou convidada para vim, eu falo, eu não vou renunciar ao movimento. Eu não preciso estar vinculada a uma organização para defender uma bandeira. Eu não preciso estar em uma frente de desencarceramento para defender o fim do encarceramento. Eu não preciso de estar numa plataforma de política de drogas para dizer que eu sou antiproibicionista, que eu sou abolicionista penal.

Então, eu acredito que eu não estou tecnicamente vinculada, mas eu sou vinculada a todas as organizações. Eu estou em todas e todas estão em mim. Eu acho que, resumindo, é isso. Todas as organizações estão aí, eu estou em todas as organizações, porque elas estão dentro dos meus princípios naquilo que eu acredito, que é aquilo que eu considero importante. Então, eu acho que se eu aprendi uma coisinha assim nessa vida de 40 anos, a minha obrigação é devolver. O que eu sei, eu tenho que devolver, tanto que eu não cobro palestra. Eu não cobro.

Se me disser “Deise é só passagem, é um quartinho”, beleza! Eu estiro a minha esteira e tá lindo! E vou fazer o que eu faço. É a minha obrigação e é uma obrigação diante do que a vida me deu, que eu poderia ter sido morta, eu poderia ter sido presa, eu poderia ter filhos presos, eu poderia ter filhos assassinados. E eu não tenho nada disso. Então, é minha obrigação exatamente lutar por aquilo que eu não me transformei, pelo fim daquilo que eu não me transformei. Acho que esse é o meu compromisso que eu tenho com a vida. Meu compromisso é com a vida. Tanto que as minhas apresentações, meus slides, eu sempre entrego para usar, “oh, faz aí o que vocês quiserem, pode usar”, porque eu acho que, assim como a vida me deu a condição de chegar aonde eu cheguei hoje, eu tenho obrigação de fazer isso. É a minha obrigação! Tudo o que eu vivi nesses 40 anos, eu não faço mais do que a minha obrigação de ouvir pra aprender, e, o pouco que eu aprendi, passar para frente. Isso é uma obrigação minha. E é não é isso. Acho que é isso.

Dossiê Direito e Relações Raciais: Obrigada, Deise! Foi ótima a sua fala.

Referências

“O PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO DEIXA SEQUELAS ATÉ HOJE”, DIZ ESPECIALISTA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS DEFENSORES. *Defensoria Pública do Estado do Ceará*, 19 jan. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/o-processo-de-escravizacao-deixa-sequel-as-ate-hoje-diz-especialista-no-curso-de-formacao-de-novos-defensores/>. Acesso em 31 jan. 2024.

Sobre a entrevistada e os/as entrevistadores/as

Deise Benedito

Fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Atualmente é Assessora Técnica na Área de Segurança Pública e Direitos Humanos da Liderança do PSOL, na Câmara Federal dos Deputados. Foi membro da Fala Preta Organização de Mulheres Negras e assessora técnica da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada à Diretoria do Departamento de Promoção e Defesa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ex-Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, vinculado ao Ministério de Direitos Humanos da Presidência da República. Graduada em Direito, com especialização em Relações Étnico Raciais, Gênero, Segurança Pública e Sistema Prisional. Mestre em Direito e Criminologia pela UnB.

Inara Flora Cipriano Firmino

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na área de concentração em Teoria do Estado e Direito Constitucional, na Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional. Pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV- Direito SP. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Mestra em Ciências (área de concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP/USP, sendo bolsista CAPES.

Emília Joana Viana de Oliveira

Mulher negra do norte e doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Rodrigo Portela Gomes

Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba, lotado no Departamento de Ciências Jurídicas. Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) com período de visita técnica na Universidad Nacional de Colombia, financiado pela FAP/DF. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB.

As fotografias que ilustram a entrevista são de autoria de G. Dettmar (Agência do Conselho Nacional de Justiça), por ocasião do 4º FONAPE – Fórum Nacional de Alternativas. Deise Benedito participou do painel *(Re)produção das desigualdades de raça e de gênero no contexto da política de drogas*. Brasília, 14/09/2023.